

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA E VALOR ESTIMADO

1. DO OBJETO

1.1. Destina-se o presente Termo de Referência à **contratação de empresa especializada na prestação continuada de serviços técnicos de apoio operacional às atividades de manutenção preventiva, corretiva e, quando aplicável, preditiva das instalações elétricas, da iluminação pública, dos próprios municipais e das praças públicas do Município de Juiz de Fora, mediante disponibilização de profissionais qualificados nas funções de Técnico em Eletrotécnica, Encarregado, Eletricista e Ajudante/Auxiliar de Eletricista, com fornecimento dos uniformes, EPIs, EPCs, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços**, pelo prazo de 12 meses, para atendimento das demandas da Empav – Empresa Municipal de Pavimentação e Urbanidades.

1.2. Onde estiver escrito apenas AJUDANTE leia-se AJUDANTE/AUXILIAR e vice-versa.

1.3. Admitir-se-á a prorrogação do contrato por iguais períodos até o prazo máximo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 71 da Lei nº 13.303/2016, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos das normas pertinentes.

2. DAS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO OBJETO

2.1. TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA:

2.1.1. Os Profissionais para trabalharem neste cargo deverão ter escolaridade médio profissionalizante ou médio completo mais curso técnico e estar inscritos no CFT – Conselho Federal dos Técnicos e no CRT – Conselho Regional dos Técnicos na formação Técnico em Eletrotécnica, com conhecimento técnico para as seguintes atribuições:

2.1.2. Realizar estudos sobre sistemas e instalações elétricas, efetuando experiências, cálculos, medições e outras operações, colaborando em trabalhos de pesquisas e aperfeiçoamentos relativos a instalações de produção e distribuição de energia.

2.1.3. Preparar estimativas detalhadas das quantidades e custos de materiais e mão de obra necessários, efetuando cálculos e projeções, determinando os meios requeridos para a fabricação e montagem das instalações e equipamentos elétricos.

2.1.4. Orientar as atividades dos trabalhadores de sua equipe nas diferentes fases dos

trabalhos, acompanhando a execução das tarefas, solucionando problemas, prestando esclarecimentos e tomando outras medidas que assegurem a observância dos padrões técnicos estabelecidos dentro das normas vigentes.

2.1.5. Inspeccionar as redes de transmissão e distribuição de energia, verificando possíveis falhas e orientando e acompanhando a manutenção das redes.

2.1.6. Conduzir a execução técnica referente à instalação de tubulações por onde passam os fios elétricos, principalmente no que tange às linhas de dutos.

2.1.7. Executar projetos de iluminação e, neste sentido, proceder à instalação de cabos elétricos, conexão e condutores e outros aparelhos de iluminação.

2.1.8. Elaborar cronograma de obras conforme projeto a ser executado, seja ou não de sua autoria e acompanhar a execução de forma a que sejam mantidos os prazos previstos.

2.1.9. Auxiliar em trabalhos de pesquisa, ensino e administração referente à área de eletricidade.

2.1.10. Aperfeiçoar o funcionamento de máquinas, ferramentas e equipamentos.

2.1.11. Colaborar na assistência técnica a equipamentos elétricos sempre que for o caso.

2.1.12. Registrar o desempenho e avaliar a eficiência no trabalho dos subordinados.

2.1.13. Auxiliar na elaboração de projetos e fazer manutenção dos equipamentos elétricos.

2.1.14. Elaborar projetos de instalações elétricas em Edificações Públicas e Unidades Administrativas Municipais e Praças e Monumentos Públicos.

2.1.15. Possuir conhecimento e experiência em obras de instalações elétricas na construção civil nos diversos tipos de edificações e em reformas, inclusive em retrofit.

2.1.16. Elaborar projetos para quadros de comando, proteção e medição conforme normas CEMIG, acompanhando a execução e a posterior vistoria para aprovação.

2.1.17. Elaborar relatórios de atividades do pessoal que estiver sob seu comando incluindo Encarregados, Eletricistas e Ajudantes/Auxiliares de Eletricistas.

2.1.18. Deverá possuir conhecimento de recursos de informática.

2.1.19. Deverá possuir Carteira Nacional de Habilitação para estarem aptos a conduzir veículos em deslocamentos pela cidade até o local de trabalho.

2.2. ENCARREGADO:

2.2.1 Os Profissionais para trabalharem neste cargo deverão ter experiência em comandar equipes de trabalho, leitura fluente em projetos elétricos de edificações e de extensões de redes de distribuição de energia elétrica urbana e iluminação pública, espírito de liderança e conhecimento técnico para o seguinte:

2.2.2 Interpretar projetos, relatórios, registros diários de obras e serviços e ordens de serviço, participar das instalações elétricas a serem executadas conforme a demanda emanada das diversas unidades da prefeitura, definindo locais físicos conforme projeto,

2.2.3 Compor equipes, distribuir tarefas e acompanhar a realização das mesmas, controlar estoques de materiais, bem como resíduos e desperdícios.

2.2.4 Montagem de Redes de Distribuição de Energia e Iluminação para Eventos promovidos pela prefeitura como: Carnaval, Torneios Leiteiros, Festas, etc.

2.2.5 Supervisão e acompanhamento na execução de redes elétricas aéreas e subterrâneas em Baixa Tensão, para iluminação de Vias Públicas, Praças, Parques e Jardins.

2.2.6 Conhecimento sobre procedimentos para ligações provisórias junto à CEMIG.

2.2.7 Manutenção em sistemas de iluminação em equipamentos urbanos como praças e monumentos públicos, e em máquinas e motores.

2.2.8 Montagens e energização de redes elétricas para iluminação em Escadões, Travessas e Becos no perímetro urbano e rural.

2.2.9 Possuir conhecimento e experiência em obras de instalações elétricas na construção civil nos diversos tipos de edificações e em reformas, inclusive em retrofit.

2.2.10 Experiência em liderança e comando de equipes compostas por eletricitistas e ajudantes/Auxiliares.

2.2.11 Montagem e ligação de quadros de comando e proteção de circuitos nas mais variadas potências, em baixa tensão, com utilização de disjuntores, contadores, relés fotoelétricos, timers, etc.

2.2.12 Acompanhamento e fiscalização da execução de projetos de instalações elétricas e iluminação nas obras contratadas pela prefeitura, observando a obediência aos projetos, qualidade do material empregado e da mão de obra, prazos e quantitativos envolvidos.

2.2.13 Ações de eficiência energética em prédios administrativos, unidades escolares e de saúde, praças públicas e demais próprios municipais.

2.2.14 Deverá possuir Carteira Nacional de Habilitação para estarem aptos a conduzir

veículos em deslocamentos pela cidade até o local de trabalho.

2.3. ELETRICISTA:

2.3.1 Os Profissionais para trabalharem neste cargo deverão ter experiência e conhecimento técnico para o seguinte:

2.3.2 Realizar manutenção preventiva, corretiva e preditiva, instalação de quadros de comando, proteção e distribuição de luz e força e analisar consumo de energia, ligação e desligamento de aparelhos elétricos e eletrônicos.

2.3.3 Identificar defeitos elétricos para reparar ou substituir componentes, ajustando peças e simulando o funcionamento dos equipamentos.

2.3.4 Trabalhar na manutenção de máquinas, motores, máquinas operatrizes e grupos geradores.

2.3.5 Estar perfeitamente apto a realizar manutenção preventiva e corretiva das instalações e quadros de distribuição de circuitos de baixa tensão e comandos elétricos, substituição e colocação de tomadas, disjuntores, contactores, timers, dimmers e verificação de barramentos.

2.3.6 Identificar e medir as grandezas elétricas com perfeita utilização dos aparelhos e equipamentos de medição e conhecimento para os cálculos necessários com os dados colhidos nas medições.

2.3.7 Instalar e efetuar manutenção de instalação elétrica preventiva, corretiva e preditiva de acordo com esquemas específicos e com as necessidades de cada caso inclusive em grupos geradores de energia elétrica.

2.3.8 Elaborar e seguir cronogramas com as etapas de serviços.

2.3.9 Avaliar dimensionamento de condutores e de elementos de proteção de circuitos do projeto que esteja em mãos e discutir com o encarregado ou o eletrotécnico sempre que julgar necessário.

2.3.10 Realizar instalações e montagens elétricas efetuando cortes em paredes e pisos, abrindo valetas e cavas para eletrodutos, postes e caixas de passagens, lançando fios e preparando caixas e quadro de distribuição e proteção de circuitos.

2.3.11 Realizar serviços de manutenção elétrica em geral, em baixa e média tensão, em quadros de distribuição de energia, trocando luminárias, lâmpadas e reatores, se for o caso, e efetuando a limpeza e desobstrução de eletrodutos.

- 2.3.12 Possuir conhecimento e experiência em obras de instalações elétricas na construção civil nos diversos tipos de edificações e em reformas, inclusive em retrofit.
- 2.3.13 Efetuar manutenção da rede telefônica, instalando e consertando aparelhos para garantir o perfeito funcionamento dos mesmos.
- 2.3.14 Identificar possíveis curto-circuitos nas instalações elétricas em geral.
- 2.3.15 Instalar dispositivos e componentes elétricos e eletroeletrônicos de iluminação empregados em instalações elétricas de baixa tensão nas unidades administrativas da EMPAV e PJF.
- 2.3.16 Testar as instalações executadas, fazendo-as funcionar em situações reais, para comprovar a exatidão dos trabalhos.
- 2.3.17 Auxiliar na instalação de transformadores e disjuntores, obedecendo às normas e esquemas específicos para o perfeito funcionamento dos mesmos.
- 2.3.18 Anotar os materiais a serem utilizados nos diversos serviços, encaminhando os itens faltantes para providências de compra, de forma a evitar atrasos e interrupções nos serviços.
- 2.3.19 Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços.
- 2.3.20 Transportar peças, materiais, ferramentas e o que mais for necessário à realização dos serviços de forma que nunca percam a garantia.
- 2.3.21 Executar tratamento e descarte de resíduos de materiais provenientes de seu local de trabalho.
- 2.3.22 Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho.
- 2.3.23 Ter conhecimento dos sistemas de iluminação em LED e de luminárias públicas em LED, principalmente no que tange à classe de flutuação de tensão e fotometria.
- 2.3.24 Ter pleno conhecimento e de aplicação da NR-10 e NR-35.
- 2.3.25 Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior.
- 2.3.26 Orientar e supervisionar os trabalhos dos Ajudantes/Auxiliares nunca deixando-os sob riscos.
- 2.3.27 Trabalhar na montagem e desmontagem de painéis elétricos industriais e máquinas operatrizes e motores elétricos. Realizar testes e condicionamento de

equipamentos.

2.3.28 Fazer planilhamento de cabos, para acionamento, desligamento e religamento de máquinas.

2.3.29 Todas demais atividades relacionadas à sua profissão.

2.3.30 Deverá possuir Carteira Nacional de Habilitação para estarem aptos a conduzir veículos em deslocamentos pela cidade até o local de trabalho.

2.4. AJUDANTE/AUXILIAR:

2.4.1 Os Profissionais que trabalharem neste cargo desempenharão o seguinte:

2.4.2 Auxiliar o Eletricista na montagem de instalações elétricas, painéis de comando, distribuição e medição, na implantação de linhas de dutos aéreas e subterrâneas (inclusive cavar valas), colocação de postes (inclusive cavando buracos), etc.

2.4.3 Auxiliar na instalação e manutenção de redes elétricas.

2.4.4 Transportar os equipamentos e ferramentas necessários à execução dos trabalhos. Serviços Gerais.

2.4.5 Ajudar o eletricista na montagem, ajuste, instalação e manutenção de equipamentos e aparelhos elétricos;

2.4.6 Auxiliar no conserto de aparelhos e equipamentos elétricos e na substituição de partes e peças quando necessário;

2.4.7 Apoiar na instalação e manutenção das redes elétricas;

2.4.8 Selecionar os equipamentos e ferramentas que serão usados durante a execução dos trabalhos;

2.4.9 Organizar equipamentos de proteção individual (EPIs), ferramentas, peças, condutores, máquinas e equipamentos necessários para o serviço;

2.4.10 Auxiliar nos serviços internos de escritório, transporte de máquinas, móveis e equipamentos e limpeza sempre que necessário.

2.4.11 Ajudar nos trabalhos de montagem, armazenamento, desmontagem, distribuição e limpeza do almoxarifado sempre que necessário.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 Trata-se de uma contratação essencial e de extrema importância para a vida do cidadão juizforano que precisa ter suas vias públicas, praças, parques, jardins, travessas, escadões, unidades de saúde, escolas, pontos de atendimento ao contribuinte, etc, bem iluminados de forma a possibilitar maior segurança no período noturno e possibilidade de lazer aos habitantes conforme sua vontade. Além do que os próprios municipais que recebem e atendem à população precisam ter suas instalações elétricas bem executadas, com segurança, e com ótima manutenção a fim de que não coloque em risco os servidores públicos e os contribuintes usuários. Para atingirmos estes propósitos necessitamos urgentemente de profissionais qualificados e com bagagem suficiente para executar os serviços que se apresentarem, às vezes de forma imediata face ao dinamismo da administração pública municipal e situações provenientes de acidentes ocasionados pelos mais diversos fatores como curto-circuitos originados por sobrecarga, intempéries, má utilização das instalações, etc. Assim, a contratação de uma empresa para nos fornecer todos os profissionais indicados faz-se necessária para solucionar a questão da mão de obra como um todo.

4. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO E VALOR DA CONTRATAÇÃO

4.1. Por se tratar de prestação de serviços de mão de obra, foram utilizadas Convenções Coletivas de trabalho com vigência em Juiz de Fora/MG associados à pesquisa de mercado para os EPs, Ferramentas, Plano de saúde, Auxílio creche e Seguro de vida. O valor referencial foi apurado conforme autoriza o Regulamento Interno de Compras e Licitações, priorizando-se a consulta em domínios públicos e licitações correlatas, excepcionalmente admitir-se-ão consultas diretas a fornecedores que tenham como objeto social o fornecimento do objeto ou prestação do serviço em comento.

4.2. Está prevista a contratação de 02 (dois) Técnicos em Eletrotécnica, 02 (dois) Encarregados, 06 (seis) Eletricistas e 06 (seis) Ajudantes/Auxiliares de Eletricistas/Serviços. Este número poderá variar de acordo com a demanda de Serviços/Obras da Empav, não sendo obrigatória a contratação do número máximo de profissionais previstos.

4.3. Foram adotados os valores constantes nas CCTs dos seguintes sindicatos:

- I. SINAENCO: Utilizado para a composição do posto de ELETROTÉCNICO, foi adotado porque é o único sindicato que possui a especialidade de mão de obra **técnicos** em sua CCT. Tal modalidade não aparece em nenhuma outra CCT de instituições que atuam na cidade. Além disso, o Sinaenco reúne publicações em todo o território nacional, vasta credibilidade para a utilização na composição de preços desta contratação. Esta convenção coletiva estará disponível para acesso na íntegra no **Anexo II-B** deste Termo de Referência.
- II. SINTEAC: foi adotado para as especialidades de mão de obra ENCARREGADOS, ELETRICISTAS e AUXILIARES, por possuir as 03 (três) modalidades e ser o que mais se aproxima do nosso modelo de contratação, com abrangência válida na cidade de Juiz de Fora. Esta convenção coletiva estará disponível para acesso na íntegra no **Anexo II-C** deste Termo de Referência.
- 4.4. A saber, não estamos contratando os profissionais diretamente, estamos contratando via empresa especializada, ou seja, os profissionais não terão vínculo empregatício com a EMPAV, mas com a empresa vencedora da licitação. Exatamente como fazem as empresas que utilizam o SINTEAC como referência, que são contratadas para fornecer mão de obra qualificada para quem as contrata.
- 4.5. Para fins de elaboração do orçamento estimativo da contratação, a Administração adotou como referência a convenção coletiva de trabalho paradigma que melhor se adequa às categorias profissionais necessárias à execução dos serviços, considerando a natureza das atividades contratadas e a base territorial de execução do objeto. A utilização da convenção coletiva paradigma pela Administração não implica obrigatoriedade de adoção do mesmo instrumento coletivo pelas licitantes, nem afasta a responsabilidade de cada empresa quanto ao correto enquadramento sindical e ao cumprimento das obrigações trabalhistas decorrentes do instrumento coletivo efetivamente aplicável.
- 4.5.1. A apresentação de outra CCT para a elaboração da proposta deve apresentar valores iguais ou superiores aos estimados pela Administração para a soma dos itens de **salário-base e auxílio-alimentação**, conforme valores definidos no orçamento estimativo da contratação.

4.2. O preço médio da contratação é de **R\$ 1.617.885,60** (um milhão, seiscentos e dezessete mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos), conforme planilha de composição de custos disposta no **Anexo II-A**.

5. JUSTIFICATIVAS PARA A CONTRATAÇÃO

5.1. A Empav – Empresa Municipal de Pavimentação e Urbanidades, institucionalmente responsável pela execução dos serviços de Implantação, Melhoria, Ampliação e Manutenção da Iluminação Pública em Juiz de Fora, assim como pela manutenção preventiva e corretiva das instalações elétricas e de iluminação dos próprios municipais e praças públicas, conforme Lei 14.415 de 06/05/2022 e Decreto nº 15.638, de 08 de dezembro de 2022, requisita a contratação de empresa de prestação de serviços especializados e continuados para fornecimento de mão de obra não disponível em seus quadros, com intuito de dar apoio à execução das atividades e características específicas do objeto descritas neste Termo de Referência.

5.2. A terceirização tem por objetivo uma mudança de parâmetros na organização da mão de obra, na busca de melhores resultados, através da diminuição de despesas, sob o manto da necessidade de especialização e otimização da prestação dos serviços no processo produtivo. Sendo assim, a EMPAV busca a redução de gastos, enxugando sua estrutura, através da contratação de empresa especializada, para a realização de atividades complementares/acessórias, restritas às atividades-meio e garantir a disponibilização de serviços públicos de forma eficiente e eficaz.

5.3. Vale ressaltar que os profissionais pretendidos não compõem o quadro de cargos da Empresa e que a otimização obtida com este modelo de contratação, tanto na relação profissional quanto trabalhista, é ideal já que a demanda quem determinará o quantitativo de pessoal, não havendo necessariamente que utilizarmos toda a disponibilidade solicitada durante todo o tempo de contrato.

6. RECURSOS FINANCEIROS

6.1. Em consulta à Diretoria Administrativo-Financeira foi autorizada a contratação, indicando recursos bastantes para a realização do objeto em comento.

6.2. Os recursos necessários e que servirão de suporte financeiro para o pagamento das obras/serviços serão provenientes da CCSIP – Contribuição para o Custeio do Sistema de

Iluminação Pública, recolhido mensalmente pelos contribuintes/consumidores junto à Conta de Consumo de Energia Elétrica e repassado ao Município de Juiz de Fora pela CEMIG, para este fim.

6.3. Por sua vez o município repassará à Empav – Empresa Municipal de Pavimentação e Urbanidades, que agora é institucionalmente responsável pela execução dos serviços de Implantação, Melhoria, Ampliação e Manutenção da Iluminação Pública em Juiz de Fora, assim como pela manutenção preventiva e corretiva das instalações elétricas e de iluminação dos próprios municipais e praças públicas, conforme Lei 14.415 de 06/05/2022 e Decreto nº 15.638, de 08 de dezembro de 2022.

7. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO E DEFINIÇÃO DAS CONDIÇÕES TÉCNICAS DO PRESTADOR

7.1. Selecionar, contratar, treinar, promover treinamento de reciclagem periodicamente e preparar os profissionais que prestarão os serviços, encaminhando empregados portadores de atestado de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho e responsabilizando-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentais sobre os serviços contratados, bem como cumprir, rigorosamente, todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas ao pessoal que empregar para a execução dos serviços.

7.2. Organizar a montagem e coordenar a atuação do SESMT, indicando médicos do trabalho, engenheiros de segurança, técnicos de segurança e enfermeiros do trabalho, que atuem na gestão de riscos (PGR), treinamentos e promoção da saúde dos trabalhadores, todos devidamente habilitados e capacitados para inspecionar e garantir a execução dos serviços dentro das normas de boa prática e qualidade requerida, ministrar treinamentos, selecionar, escolher, adquirir e prover o uso adequado de Equipamento de Proteção Individual (EPIs).

7.3. Alocar os empregados que desenvolverão os serviços contratados nos postos de serviços somente após efetiva comprovação de capacitação realizada pertinente às funções, com avaliação do conteúdo programático, tais como: Uso correto de Uniforme e Equipamento de Proteção Individual (EPIs), comportamento e disciplina compatível com o setor a serem desempenhadas suas atividades, sem demonstrar posturas incorretas e

vícios que possam comprometer as normas e deveres, nas rotinas de trabalho a serem executadas.

7.4. Nomear preposto responsável pelo acompanhamento dos serviços contratados, para garantir o bom andamento dos serviços nas unidades administrativas do contratante, bem como prestar orientações necessárias aos executantes dos serviços.

7.4.1. Os prepostos designados pela CONTRATADA deverão, obrigatoriamente, inspecionar os postos de trabalho e serão o elo entre a EMPAV e a empresa, não podendo ser nenhum dos profissionais contratados que prestarão serviços à EMPAV e nem originar nenhum custo adicional.

7.4.2 O preposto deverá possuir formação superior em Engenharia Elétrica ou possuir pós-graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho, com registro ativo no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

7.4.3 Além disto, o engenheiro preposto deverá emitir, em nome da empresa contratada uma ART de supervisão, vinculada ao contrato gerado e com as atividades contratadas como segue:

- Nível da Atividade: 23 - Supervisão;
- Atividade profissional: 72 - Orientação Técnica;
- Atividades: 11.10.1.2 e 11.11.1;
- Unidade de medida: Contratos;
- Quantidade: 1,00;

7.4.4 O preposto deverá estar disponível para frequentes visitas aos postos de trabalho da equipe cedida durante a execução do contrato, além de manter canal de comunicação permanentemente aberto com a fiscalização, a fim de poder acompanhar, a qualquer momento que for necessário, o desenvolvimento de serviços ou prestar devidas orientações ou fiscalização.

7.5. A CONTRATADA se responsabilizará, civil e criminalmente, por quaisquer acidentes, por todos os danos e prejuízos materiais e/ou pessoais causados por seus funcionários ao Município e/ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços.

7.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.7. No caso de descontinuidade do serviço em função de falta de qualquer empregado, a CONTRATADA deverá providenciar no prazo de até 01 (hum) dia a substituição, devendo, para isso, dispor de reserva técnica adequada para cobrir qualquer falta de seus funcionários.

7.8. Caso não tenha sede ou filial na cidade, deverá apresentar declaração de que instalará escritório em Juiz de Fora, sob o comando do responsável regular e juridicamente indicado e nomeado podendo ser o anteriormente dito preposto, devendo a efetiva comprovação ocorrer quando da assinatura do contrato, sob pena de desclassificação.

7.9. Relatar à Empav toda e qualquer irregularidade observada nas instalações elétricas de LUZ e FORÇA das unidades administrativas onde houver prestação dos serviços.

Instruir seus funcionários quanto à necessidade de acatar as orientações dos fiscais das unidades administrativas, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho e responsabilizar-se pelo cumprimento.

7.10. Assumir, por meio de seu responsável regular e juridicamente indicado e nomeado, podendo ser o anteriormente chamado preposto, todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, que porventura venham se acidentar ou sofram algum mal súbito em serviço.

7.11. Cumprir, obrigatoriamente, as normas legais vigentes de segurança e medicina do trabalho, inclusive quanto ao pagamento dos adicionais de periculosidade, tomando-se por base os laudos técnicos assinados por engenheiro ou médico de segurança do trabalho para fins de definição do percentual de periculosidade aplicável, que deverão ser avaliados e, se for o caso, validados pelo Contratante.

7.12. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências, quaisquer que sejam.

7.13. A CONTRATADA não poderá repassar os custos de uniformes, equipamentos e ferramentas aos seus empregados.

7.14. A jornada de trabalho obedece a regra de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, sendo dividido da seguinte forma: 9 (nove) horas de trabalho de segunda a quinta com 1 (uma) hora de almoço e 8 (oito) horas de trabalho nas sextas com 1 (uma) hora de almoço.

7.14.1. A jornada de trabalho poderá ser alterada dentro das normas legais a critério da contratante.

7.14.2. O Período de execução do serviço, objeto deste TR, se dará entre: 7h às 17h; 8h às 18h ou 12h00 às 22h00, considerando 1 (uma) hora de almoço.

7.15. Dada a natureza do serviço, será previsto um quantitativo estimado para horas extras de todas as funções. Com base no último contrato, considerando uma majoração, foi definido um quantitativo médio de 15 horas extras por mês por funcionário de cada função. Caso seja necessário, principalmente nos períodos chuvosos, também podem ser adotadas escalas de sobreaviso em conformidade com a legislação trabalhista, e a depender das necessidades da CONTRATANTE.

7.15.1. Qualquer hora extra executada por qualquer funcionário da CONTRATADA será comunicada diretamente a esta pelo Eng.º da Empav responsável pela fiscalização do contrato.

7.15.2. As horas extras solicitadas pela Empav, sempre em caso de alguma emergência, calamidade, plantões ou sobreavisos, não poderão ser recusadas pela CONTRATADA, de forma que se algum dos profissionais apresentar algum impedimento, outro deverá ser indicado para o substituir.

7.15.3. Todas as horas extras e sobreavisos deverão ser contabilizados pelo menos até o dia 20 de cada mês (mês atual - M), devendo serem pagas no pagamento do mês seguinte (M+1). As horas extras e sobreavisos entre os dias 20 e 30/31 poderão ser pagos aos colaboradores no 2º pagamento em relação ao mês atual, ou seja, M+2.

7.15.4. Caso a contratada tenha condições operacionais de realizar os pagamentos de todas as horas extras prestadas no mês atual "M" já no mês seguinte "M+1", tal prática será aceita pela contratante.

7.16. Realizar exames médicos admissionais e periódicos, regulamentados pela Norma Regulamentar nº 07 da Portaria nº 3214 de 08 de junho de 1978.

7.17. Realizar exames periódicos dos seus empregados, informando as unidades administrativas respectivas com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência da data agendada.

7.18. Após o mapeamento dos riscos ocupacionais e a elaboração do seu PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) a empresa deverá incluir em seu PCMSO os respectivos exames clínicos e complementares a cada função exigida, conforme NR 7. Sua periodicidade deverá ser respeitada conforme informação no laudo pertinente.

7.19. Atender ao disposto na Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego.

7.20. Cumprir as obrigações trabalhistas relativas aos profissionais designados para a prestação de serviços, mantendo atualizados os respectivos registros e anotações trabalhistas exibindo, sempre que solicitado pela Empav, através do fiscal, os seguintes documentos:

- I. Cópia do contrato de trabalho, do regulamento interno da CONTRATADA e se houver, da decisão normativa proferida pela Justiça do Trabalho, se for o caso, relativos à categoria profissional.
- II. Registro do empregado e cópia das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social, comprovando a anotação do contrato de trabalho.
- III. Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) comprovando o exame admissional.
- IV. Comprovante de cadastramento do trabalhador no PIS/PASEP.
- V. Comprovante de pagamento das contribuições previdenciárias dos empregados e do empregador, bem como do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), este nas respectivas contas vinculadas dos empregados.
- VI. Cartão, ficha ou livro de ponto assinado pelo empregado, nos quais constem as horas trabalhadas.
- VII. Recibo de concessão do aviso de férias, com antecedência mínima de 30(trinta) dias corridos do respectivo gozo.
- VIII. Recibo de pagamento individualizado por empregado e específico por contrato firmado atestando o recebimento de salários mensais ou adicionais, férias acrescidas de 1/3 e 13º salário (1ª e 2ª parcelas), quando da época própria, além do salário-família quando devido, assinado pelo empregado, ou conforme o artigo 464 da Consolidação das Leis Trabalhistas, acompanhado de comprovante de depósito bancário na conta do trabalhador.
- IX. Comprovante de opção e fornecimento de vales-transporte, dos uniformes e de outros benefícios.
- X. Comprovante de entrega de RAIS e de que o trabalhador dela fez parte.
- XI. Documento que ateste o recebimento dos equipamentos de proteção individual ou coletiva, se o serviço assim exigir.
- XII. Documento que comprove a concessão do auxílio-maternidade / paternidade.
- XIII. Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR;
- XIV. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO;

7.21. Fazer seguro de seus empregados contra risco de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal. As despesas decorrentes de tais encargos deverão estar inclusas no valor a ser pago pela EMPAV por cada profissional.

7.22. Nos termos do art. 38 da Lei nº 13.303/2016, do art. 8º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMPAV e das normas aplicáveis à prevenção de conflito de interesses, é vedado à CONTRATADA utilizar, direta ou indiretamente, na execução do contrato, empregado, dirigente ou agente público vinculado à CONTRATANTE, bem como servidor ou agente público que tenha atuado ou venha a atuar na fase de planejamento, licitação, contratação, gestão ou fiscalização do presente ajuste.

7.23. Havendo rescisão do contrato de trabalho e a respectiva substituição do empregado, a CONTRATADA deverá apresentar, relativamente ao empregado desligado, os seguintes documentos:

- a) Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT), devidamente assinado pelas partes;
- b) Comprovante de pagamento das verbas rescisórias, observado o prazo previsto no art. 477 da CLT;
- c) Documento comprobatório da concessão do aviso-prévio pelo empregador ou pelo empregado, quando aplicável;
- d) Comprovante de entrega da Comunicação de Dispensa e do Requerimento do Seguro-Desemprego, nas hipóteses em que o trabalhador fizer jus ao benefício, podendo ser aceitos os documentos emitidos por meio eletrônico;
- e) Comprovante de recolhimento do FGTS incidente sobre a rescisão contratual e da indenização compensatória de 40% do FGTS, quando devida, acompanhado do respectivo demonstrativo ou extrato que evidencie o recolhimento, nos casos de dispensa sem justa causa;
- f) Extrato da conta vinculada do FGTS ou outro documento idôneo que comprove a regularidade dos depósitos fundiários do empregado desligado, quando solicitado pela CONTRATANTE;
- g) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) Demissional, emitido nos termos da NR-7 do Ministério do Trabalho e Emprego, quando exigível;

h) Outros documentos que venham a substituir os acima indicados em razão de alterações na legislação trabalhista, previdenciária, fundiária ou nos sistemas eletrônicos oficiais do Governo Federal.

7.24. Os documentos apresentados referente aos dados pessoais dos empregados terceirizados estarão protegidos conforme LGPD, limitando coleta, acesso, armazenamento e compartilhamento apenas ao necessário para fiscalização contratual.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA LICITANTE:

8.1. A proponente deverá apresentar Certidão de Registro e Quitação com o CREA – Conselho Regional de Engenharia, mostrando que seu objetivo social e as atividades pertinentes lhe permitem possuir em seu quadro de funcionários os profissionais que prestarão seus serviços à Empav.

8.1.1. A exigência justifica-se em razão da natureza técnica das atividades a serem apoiadas, que envolvem instalações elétricas, manutenção de sistemas de iluminação pública, quadros de comando, redes elétricas, equipamentos de proteção e observância de normas técnicas e de segurança, devendo a contratada assegurar a atuação de profissional habilitado sempre que a execução do serviço exigir responsabilidade técnica específica.

8.1.2 Além disto, conforme 7.4.3, deverá ser emitida uma ART pelo engenheiro preposto, vinculada ao registro da empresa contratada.

8.1.3. No caso da sociedade empresária vencedora possuir registro no conselho de outro Estado deverá obter e apresentar, para assinatura do contrato, o visto perante o CREA/MG para execução do serviço.

8.2. Os participantes do processo licitatório deverão apresentar declaração formal de conhecimento dos possíveis locais onde serão executados os serviços previstos no processo, ou seja, vias e locais públicos no Município de Juiz de Fora, estejam no perímetro urbano ou rural, nos bairros e distritos.

8.3. A licitante deverá comprovar sua qualificação técnico-operacional mediante apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstrem a execução satisfatória de serviços continuados de terceirização, cessão ou disponibilização de mão de obra, com dedicação

exclusiva ou predominante, em quantitativo, prazo e complexidade operacional compatíveis com o objeto desta contratação.

8.3.1. Considerando a natureza técnica das atividades objeto desta contratação, que envolvem apoio à manutenção elétrica, iluminação pública, instalações elétricas, utilização de EPIs/EPCs, ferramentas específicas, observância de normas de segurança do trabalho e gestão de equipes operacionais em campo, os atestados deverão demonstrar experiência da licitante na gestão de mão de obra técnica ou operacional compatível com tais características, admitindo-se serviços de manutenção elétrica, iluminação pública, instalações elétricas, manutenção predial, manutenção industrial, serviços técnicos operacionais ou outros de complexidade equivalente.

8.3.2 Conforme 7.4, a necessidade de um engenheiro preposto dá-se pela importância de uma regular orientação e supervisão da equipe e serviços executados por estes no decorrer do contrato. A compreensão do tipo de serviço desempenhado, bem como a capacidade de gestão de pessoal técnico, faz-se, portanto, imprescindível.

8.3.3. A exigência de similaridade técnica não tem por finalidade restringir a competitividade ou exigir experiência prévia em objeto idêntico, mas assegurar que a futura contratada possua capacidade efetiva de administrar mão de obra técnica e operacional sujeita a riscos específicos, especialmente aqueles relacionados a serviços elétricos, iluminação pública, trabalho em campo, uso de EPIs/EPCs, cumprimento de normas de segurança e fornecimento de ferramentas adequadas. A similaridade exigida, portanto, recai sobre a complexidade da gestão da mão de obra e das condições operacionais do serviço, e não sobre a identidade absoluta do objeto anteriormente executado.

8.4. Juntamente com a proposta apresentada, a licitante deverá informar qual CCT/ACT utilizou, seu enquadramento sindical, atividade econômica preponderante, sindicato patronal/profissional e justificativa para adoção do instrumento coletivo.

9. FORMA DE REALIZAÇÃO E MODO DE DISPUTA

9.1. A realização da contratação será feita por meio de **licitação** através da modalidade pregão eletrônico.

9.2. O modo de disputa será **aberto/fechado**.

9.3. O critério de julgamento será o de **menor preço** em relação ao valor global da planilha de orçamento da licitante, desde que observadas as especificações e demais condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação aplicada ao caso. Importante que todos os benefícios a serem pagos aos funcionários estejam bem descritos na proposta da licitante.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

10.1. As medições mensais com as respectivas Notas Fiscais para o devido pagamento pelos serviços prestados somente serão aceitas e encaminhadas para liquidação mediante a comprovação através dos holerites devidamente assinados pelos profissionais da empresa que prestarem seus serviços para a Empav.

10.2. Em qualquer tempo a Empav se reserva o direito de solicitar à empresa contratada a comprovação de todos os recolhimentos explicitados na planilha de composição de custos, com justificativa dos respectivos valores, independente do apresentado mensalmente para recebimento das medições.

10.3. Os quantitativos de profissionais indicados na composição referem-se ao número máximo em cada categoria que poderão ser contratados pela Empav, podendo ser solicitados em número inferior conforme as necessidades operacionais.

10.3.1. A utilização dos profissionais previstos neste Termo de Referência ocorrerá mediante Ordem de Serviço formal expedida pela CONTRATANTE, por intermédio da Diretoria competente ou da fiscalização designada, atualizando o quantitativo de profissionais por função, observados os máximos previstos para cada função.

10.3.2. A CONTRATADA somente fará jus ao pagamento dos postos/profissionais efetivamente solicitados pela CONTRATANTE, disponibilizados pela CONTRATADA, aceitos pela fiscalização e medidos no respectivo período de execução, observados os valores unitários constantes da planilha de custos e formação de preços.

10.3.3. A previsão de quantitativo máximo de profissionais não gera obrigação de utilização integral pela CONTRATANTE, nem direito da CONTRATADA ao recebimento do valor correspondente ao quantitativo máximo estimado, quando não houver solicitação, disponibilização ou medição dos respectivos postos.

10.3.4. A ausência de profissional solicitado, a substituição não realizada no prazo

previsto, o descumprimento da jornada contratada, o não comparecimento ao local indicado, a execução parcial do posto ou a não aceitação do serviço pela fiscalização ensejarão glosa proporcional na medição mensal, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas no edital, no contrato e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMPAV.

10.3.5. A glosa proporcional será calculada com base no valor mensal do respectivo posto/profissional, considerando-se as horas ou dias não trabalhados, conforme a jornada prevista para a função, sem prejuízo do desconto de eventuais custos variáveis não incorridos e de outras glosas cabíveis em razão do descumprimento contratual.

10.3.6. Não haverá glosa quando a ausência do profissional for suprida tempestivamente por substituto devidamente qualificado, aceito pela fiscalização e alocado em jornada equivalente, sem prejuízo da obrigação da CONTRATADA de manter a continuidade dos serviços.

10.3.7. A medição mensal deverá ser instruída com as ordens de serviço ou requisições eventualmente emitidas no período, os registros de frequência, os relatórios de execução, a indicação dos profissionais efetivamente alocados, as ocorrências do mês, os documentos trabalhistas exigidos e demais elementos necessários à conferência pela fiscalização.

10.4. A contratada deverá encaminhar para a Empav, até o 10º dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, a medição e toda a documentação inerente ao mês de execução dos serviços, via e-mail a ser indicado, referentes aos serviços prestados, a fim de serem conferidos os valores e toda a documentação. Estando conforme será autorizada a emissão da Nota Fiscal. O pagamento cairá na conta indicada pela contratada a partir do 30º dia da emissão da nota fiscal.

10.5. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de documentação comprobatória de regularidade constituída de:

- I. Cópia de Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- II. Cópia da Guia de Recolhimento da Previdência Social;
- III. Certidão de Regularidade do INSS;
- IV. Certidão de Regularidade do FGTS;
- V. Certidão negativa de Débitos Municipais,
- VI. Certidão negativa de Débitos Trabalhistas;

- VII. Certidão Conjunta negativa relativa Tributos Federais e Dívida Ativa da União;
 - VIII. Certidão negativa de Débitos Tributários junto Secretaria do Estado da Fazenda;
 - IX. Comprovante de pagamento dos funcionários no mês referente à medição;
 - X. Comprovante da GFIP de todos os funcionários.
- 10.6. A Contratada se responsabilizará pela autenticidade de todos os documentos emitidos, estando sujeita às sanções cabíveis na hipótese da emissão de documentos não autênticos.
- 10.7. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser descontadas imediatamente do pagamento devido à contratada referente ao mês posterior à data da aplicação da penalidade;
- 10.8. O CNPJ da CONTRATADA constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.
- 10.9. O ISSQN devido será retido na fonte pela tomadora dos serviços, calculado pela alíquota de 5% “ad valorem” sobre a receita bruta, conforme o item 7.10, do art. 47, da Lei Municipal Nº 10.630/2003, caso não haja comprovação do recolhimento junto ao Município sede da CONTRATADA.
- 10.10. A retenção do Imposto de Renda na Fonte e da Contribuição Previdenciária será feita em conformidade com o disposto nas Instruções Normativas/Manuais disponibilizados no site da PJF na página do Controle Interno: link: http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controle_interno/legislacao.php.
- 10.11. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preço ou correção monetária.

11. GESTÃO DO CONTRATO, FISCALIZAÇÃO E MODO DE EXECUÇÃO

- 11.1. O início dos trabalhos deverá acontecer no **máximo em 10 (dez) dias corridos** da assinatura do contrato pela proponente vencedora da licitação.
- 11.2. Os locais, prioridades e demandas de execução serão indicados pela CONTRATANTE, que nomeará um fiscal designado para as tratativas com a CONTRATADA.

11.3. As condições, normas e regulamentações para a prestação dos serviços serão repassadas aos trabalhadores terceirizados de acordo com a demanda originária na Empav e na Prefeitura de Juiz de Fora.

11.4. As despesas referentes ao SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho) inerentes a esta prestação de serviços correrão exclusivamente por conta da empresa contratada e o valor já deverá estar incluso no preço proposto para o fornecimento de cada profissional.

11.5. Será aplicado o regime contínuo de execução, mediante disponibilização de profissionais conforme última Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE, observados os quantitativos máximos, as jornadas, os locais de prestação dos serviços e as demais condições previstas neste Termo de Referência.

11.5.1. A medição mensal do quantitativo de profissionais não altera a natureza contínua da contratação, servindo apenas para adequar a execução às necessidades operacionais da CONTRATANTE, respeitado o limite máximo previsto para cada função.

11.6. Todos os empregados da CONTRATADA deverão estar uniformizados, com Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Proteção Coletiva (EPCs) necessários a execução do serviço, a saber:

11.7. A CONTRATADA fornecerá uniforme específico para atividade e seus complementos como máscara, óculos de proteção, bota, crachá com fotografia recente e todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e de Proteção Coletiva (EPC);

11.8. Os uniformes e EPIs/EPCs devem ser previamente aprovados pela contratante;

11.9. A CONTRATADA deverá realizar manutenção, reposição ou substituição dos equipamentos de segurança que apresentarem danos, extravio ou roubo.

11.10. Para atendimento às normas de fiscalização da caracterização ou não do vínculo empregatício entre a contratante e a empresa prestadora de serviço - INMTb nº 3, de 29/08/97, deverá portar cartão de identificação (tipo crachá), contendo nome completo, foto, função, data de admissão e número do PIS-PASEP, registro que poderá ser verificado na sede da empresa contratada.

11.11. Para realização dos serviços deverão ser disponibilizadas anualmente as ferramentas de uso individual indicadas no Demonstrativo 4 da planilha de composição de custos da contratação.

11.11.1. Caso seja necessária a reposição de qualquer ferramenta, antes do período de 01 (um) ano, por utilização indevida por parte do profissional cedido pela empresa ou desídia do mesmo, a CONTRATADA se responsabilizará pela imediata reposição.

11.12. Os profissionais indicados pela CONTRATADA para a prestação dos serviços deverão cumprir todas as normas gerais a seguir relacionadas:

- I. Ser pontual e permanecer no local de trabalho determinado, ausentando-se apenas quando substituído(a) por outro(a) profissional apresentado pela empresa;
- II. Apresentar-se devidamente identificado(a) por crachá, uniformizado(a), asseado(a), barbeado e com unhas aparadas;
- III. Manter cabelos cortados e/ou presos;
- IV. Cumprir as normas de segurança para acesso às dependências aos Órgãos e Unidades da Prefeitura de Juiz de Fora onde forem executar seus serviços;
- V. Observar normas de comportamento profissional e técnicas de atendimento ao público;
- VI. Cumprir as normas internas da EMPAV;
- VII. Entrar em áreas reservadas somente em caso de emergência ou quando devidamente autorizado;
- VIII. Zelar pela preservação do patrimônio da EMPAV e da Prefeitura de Juiz de Fora sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário;
- IX. Operar, sempre que necessário e de forma adequada, equipamentos e sistemas informatizados disponíveis para a execução dos serviços;
- X. Solicitar apoio técnico junto às Unidades competentes da EMPAV ou se for o caso da Prefeitura de Juiz de Fora para solucionar falhas em máquinas e equipamentos que não se resolvam com suas próprias intervenções;
- XI. Conhecer a missão do local onde presta serviço, assim como a perfeita utilização de equipamentos colocados à sua disposição;
- XII. Receber e passar o serviço, ao assumir e deixar o local de trabalho, relatando

- todas as situações encontradas, bem como as ordens e orientações recebidas;
- XIII. Guardar sigilo de assuntos dos quais venha a ter conhecimento em virtude do serviço, quando for o caso;
 - XIV. Manter atualizada a documentação utilizada no local de trabalho;
 - XV. Buscar orientação com o responsável designado pela contratante em caso de dificuldades no desempenho das atividades, repassando-lhe o problema;
 - XVI. Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;
 - XVII. Nos locais de trabalho é vedada a prática, de qualquer tipo de jogo, vendas de rifas, bilhetes, revistas, vestuário, dentre outros;
 - XVIII. Não permanecer nas dependências das Unidades da EMPAV ou Prefeitura de Juiz de Fora, na qual presta o serviço contratado, antes ou depois do horário de trabalho;
 - XIX. Não utilizar ou colocar em funcionamento máquinas e aparelhos de propriedade das Unidades Administrativas da EMPAV ou da Prefeitura, abrir armários, gavetas ou invólucros de qualquer espécie, sem autorização prévia do responsável do setor;
 - XX. Não instalar quaisquer equipamentos de uso pessoal, nas dependências de trabalho, por exemplo dentre outros: umidificadores, frigobar, geladeiras, forno elétrico e aquecedores;
 - XXI. Não consumir ou guardar bebidas alcoólicas nas dependências e locais de serviços;
 - XXII. Qualquer empregado da CONTRATADA que seja inconveniente ou desrespeitoso com funcionários da EMPAV, ou do Município, ou com o público em geral, ou ainda, não realize seu serviço de forma adequada deverá ser substituído no prazo máximo de 24 horas a partir do momento da comunicação.

11.13. As penalidades previstas, aplicadas pela CONTRATADA, são aquelas delineadas na forma da lei para contratações neste modelo, como: descontos por falta ao serviço, desconto no descanso remunerado, advertência, multa e solicitação de substituição do funcionário terceirizado, não necessariamente nesta ordem.

11.14 No que diz respeito à fiscalização, a CONTRATANTE deverá:

- A. Notificar, por escrito, à CONTRATADA quando ocorrer algum evento que

- comprometa a prestação de serviços nas unidades administrativas.
- B. Notificar, por escrito, quando não for apresentada pela CONTRATADA a documentação referente à sua regularidade fiscal.
 - C. Realizar o controle de faltas baseando-se no livro de ponto a ser implantado, podendo ser por sistema informatizado ou biometria.
 - D. Verificar e conferir as medições enviadas pela CONTRATADA, bem como toda a documentação.
 - E. Aplicar à CONTRATADA penalidades, quando for o caso.
 - F. Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada por seus funcionários, necessária à perfeita execução do contrato, proporcionando condições para a boa execução dos serviços.
 - G. Executar atividades relativas às contratações e aditamentos dos serviços licitados.
 - H. Manter rigoroso controle dos quantitativos de empregados vinculados ao respectivo contrato, bem como aos aditamentos de acréscimos ou supressão, na forma da Lei.
 - I. Notificar a CONTRATADA sempre que for detectado qualquer evento ou fato superveniente ou não, que comprometa a qualidade e eficiência dos serviços.
 - J. Promover a avaliação periódica dos serviços prestados pela CONTRATADA.
 - K. Monitorar se a prestação do serviço está sendo inspecionada pelo designado pela CONTRATADA como seu responsável regular e juridicamente indicado e nomeado.
 - L. Designar servidores para fiscalização e gestão da execução contratual
 - M. Efetuar pagamento das notas fiscais, mediante a efetiva prestação dos serviços, objeto do contrato, desde que toda a documentação pertinente e os devidos encargos sociais e obrigações trabalhistas estejam atendidos.
 - N. Cumprir as rotinas relativas à execução orçamentária/financeira do contrato, providenciando empenho e liquidação das despesas contratadas, na forma da Lei.
 - O. Disponibilizar refeitório e instalações sanitárias em sua sede de forma a bem atender os anseios e necessidades dos funcionários da CONTRATADA.

12. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

12.1. A presente contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a CONTRATANTE e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas designadas pela CONTRATADA para a execução do objeto contratual, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações ou encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

12.2. A CONTRATANTE reserva para si o direito de não aceitar nem receber qualquer profissional prestador de serviço em desacordo com o previsto neste Termo de Referência, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação neste caso.

12.3. A CONTRATADA, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou quaisquer encarregados, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, de forma direta ou indireta, à CONTRATANTE, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto contratado, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se à CONTRATANTE o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

12.4. A CONTRATADA guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações ou documentos fornecidos pela CONTRATANTE ou obtidos em razão da execução do objeto contratual, sendo vedadas todas ou quaisquer reproduções dos mesmos, durante a vigência do ajuste e mesmo após o seu término.

12.5. Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela CONTRATADA durante a execução do objeto contratual serão de exclusiva propriedade da CONTRATANTE, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, sob pena de responsabilização administrativa, civil ou criminal, nos termos da legislação.

12.6. **Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio**, tendo em vista que o objeto da presente contratação consiste na prestação continuada de serviços técnicos especializados, não se tratando de objeto de complexidade técnica ou de vulto incompatível com a execução por empresa individualmente constituída.

12.6.1. A vedação justifica-se pela existência de mercado fornecedor apto à execução integral do objeto, bem como pela necessidade de preservar a unidade de gestão contratual, a eficiência da fiscalização, a uniformidade dos procedimentos operacionais, a adequada responsabilização da contratada e o controle das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e convencionais incidentes sobre a mão de obra alocada.

12.7. **Não será permitida a subcontratação em nenhuma hipótese**, devendo todos os funcionários disponíveis para a contratante estarem registrados em nome da CONTRATADA.

12.8. Para esta contratação deve-se considerar a **Matriz de Risco** presente no Anexo II-D.

12.9. A matriz de riscos não tem por finalidade substituir a repactuação dos custos de mão de obra, a qual continuará sendo o instrumento próprio para recomposição dos custos decorrentes de alterações salariais, benefícios e encargos previstos em instrumento coletivo aplicável. Sua finalidade é diversa: alocar previamente entre CONTRATANTE e CONTRATADA os riscos relevantes da execução contratual, especialmente aqueles relacionados à disponibilização e substituição de profissionais, cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, fornecimento de EPIs/EPCs, acidentes de trabalho, variação de quantitativos, eventos supervenientes e hipóteses que possam ensejar glosa, sanção, alteração contratual ou eventual reequilíbrio econômico-financeiro.

12.10. Os custos de mão de obra serão tratados por repactuação, vinculada ao instrumento coletivo indicado pela contratada, e que insumos como uniformes, EPIs, EPCs e ferramentas terão tratamento conforme índice definido na minuta contratual.

12.11. Não foi identificada necessidade de apresentação de amostra ou prova de conceito de quaisquer pontos aqui mencionados como condição para vencer esta licitação.

13. DAS CONDIÇÕES DE GARANTIA

13.1. Para garantia da execução do contrato, a CONTRATADA, no momento da assinatura, presta uma garantia, na modalidade de seguro-garantia, por meio de apólice de seguro, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória, observadas as disposições no respectivo diploma legal. Sem a garantia não haverá assinatura e a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades legais pertinentes.

13.2. A vigência da garantia terá início na data de assinatura do contrato da prestação de serviços e o seu término 90 dias após a data final da vigência do contrato.

13.3. Quando o contrato for alterado ou quando tiver seus preços reajustados, a garantia deverá ser reforçada em idênticas proporções.

13.4. As garantias prestadas não poderão se vincular a novas contratações, salvo após sua liberação.

13.5. Os títulos oferecidos em caução não poderão ser onerados por cláusula de impenhorabilidade, intransferibilidade, nem adquiridos compulsoriamente.

13.6. O Seguro-Garantia, quando escolhido, será realizado mediante entrega da competente apólice, emitida por entidade legalmente autorizada, com funcionamento no Brasil, em favor exclusivamente da Empav, garantindo a total execução do Contrato.

13.7. Em caso de opção pela depósito em garantia em dinheiro, essa deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, conforme Decreto nº 1.737/1979.

13.8. A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída 90 (noventa) dias após o término do prazo de vigência contratual, mediante requerimento, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente, descontados os eventuais débitos e multas aplicadas a mesma.

13.9. Em caso de inadimplência, perderá o adjudicatário o direito à restituição de sua garantia, sendo esta recolhida aos cofres da Empav ou se for necessário:

I. Utilizada para quitação de débitos trabalhistas;

II. Utilizada pela contratante para reembolso de possíveis danos causados pela CONTRATADA às instalações físicas, a terceiros, etc, em sendo comprovada a prática de ato com dolo ou culpa.

13.10. A CONTRATADA perderá a “caução de garantia do contrato” em favor da Empav, se por culpa da mesma for promovida a rescisão contratual.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4327-6B4E-FB7C-8390

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CLAUDIOMIRO LUIZ DA SILVA JUNIOR (CPF 090.XXX.XXX-71) em 10/06/2026 11:35:54 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/4327-6B4E-FB7C-8390>